

FACULDADE DE LETRAS
Universidade do Porto

GUIA DO ESTUDANTE

Sociologia

3º ano



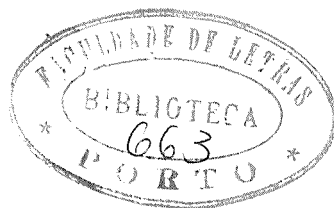
EDIÇÃO DO CONSELHO DIRECTIVO

1992/93

FACULDADE DE LETRAS
Universidade do Porto

GUIA DO ESTUDANTE

XIII



EDIÇÃO DO CONSELHO DIRECTIVO

1992/93

278(05)
Gui.

Guia do Estudante da FLUP. SOC: 3º Ano.
Vol. 13, 1992-93
Publicação Anual

Dactilografia: Margarida Santos
Execução e Impressão: Oficina Gráfica
Tiragem: 100 exemplares

INTRODUÇÃO

GUIA DO ESTUDANTE - 1991

INTRODUÇÃO

A publicação da 13^a edição do Guia do Estudante, referente ao ano lectivo de 1992-93, insere-se numa linha de continuidade com anteriores brochuras, tendo como objectivo fundamental a divulgação dos conteúdos programáticos ministrados nas diversas disciplinas dos diferentes cursos.

Outras informações há, contudo, que são igualmente importantes para discentes e docentes, respeitantes aos Serviços da Faculdade, à actividade escolar, às indicações pedagógicas, às indicações académicas, ao calendário das provas em 1992-93, às publicações da Faculdade, aos Colóquios e Congressos promovidos ou apoiados pela F.L.U.P., às Actas de Colóquios e Congressos e, muito particularmente, às Normas de Avaliação. Quanto a estas últimas, é fundamental uma leitura atenta do seu articulado e a observância do que se encontra estipulado, por forma a evitar situações que possam perturbar o normal funcionamento das disciplinas, das aulas e da actividade docente.

Este Guia pretende, dentro dos seus limites, contribuir para um ano lectivo 1992/93 que seja a todos os títulos frutuoso, eficaz, sem sobressaltos desnecessários e com o maior número possível de realizações individuais e colectivas.

Porto e Faculdade de Letras, Julho de 1992

O PRESIDENTE DO CONSELHO DIRECTIVO

ÓRGÃOS DE GESTÃO DA FACULDADE

Assembleia de Representantes
Conselho Directivo
Conselho Científico
Conselho Pedagógico
Conselho Administrativo
Conselho Consultivo.

SERVICOS DA FACULDADE

A - Secretaria

Sector de Matrículas e Inscrições
" de Equivalências
" de Mudanças de Curso.
Horário normal de abertura ao público:
de 2ª a 6ª feira: 12H00 - 16H00
Encerra ao Sábado.

B - Tesouraria

Horário de atendimento:
de 2ª a 6ª feira: 9H30 - 11H30
14H30 - 16H30
Encerra ao Sábado.

C - Biblioteca Central

A Biblioteca Central constitui um serviço de fundamental importância da FLUP e por isso tem merecido uma atenção particular por parte dos Conselhos Directivos.

São utentes de direito da Biblioteca os docentes e os alunos da FLUP. Em casos devidamente justificados, porém, outras pessoas podem utilizar os seus serviços, nomeadamente a pesquisa na Base Nacional de Dados Bibliográficos ("Porbase").

Para consulta das obras da Biblioteca Central os utilizadores devem possuir o cartão de leitor, o qual deverá ser revalidado todos os anos depois de efectuadas as inscrições.

1. Tipos de leitura:

- a) de presença: na Sala de Leitura (horário afixado);
na Sala de Obras de Referência (livre acesso);
- b) domiciliária: normas regulamentares afixadas na Sala de Leitura.

2. Sala dos Catálogos:

- a) Onomástico
- b) Didascálico
- c) CDU (Classificação Decimal Universal)
- c) Cardex (Publicações Periódicas)
- d) "Porbase" (através do terminal ligado em linha à Base Nacional de Dados Bibliográficos)
- e) Bases de dados locais.

Nota. As obras entradas depois de 1988 encontram-se integradas na Base Nacional de Dados Bibliográficos ("Porbase"), e nas bases de dados locais, pelo que não devem ser procuradas nos catálogos tradicionais.

Tanto os catálogos tradicionais como a "Porbase" incluem também obras de alguns Institutos e Centros sediados na Faculdade, identificáveis pelas respectivas siglas.

Como é de norma em todas as Bibliotecas, as obras classificadas de "Reservados", as de "referência" (dicionários, enciclopédias), as teses e as revistas e publicações periódicas não podem ser requisitadas para leitura domiciliária.

O mesmo se aplica às obras pertencentes ao "Fundo Primitivo".

3. Horário de leitura: (Excepto nos períodos de férias)

2ª a 6ª feira: 8H30 - 19H00

4. Leitura de presença

4.1. Obras em depósito.

4.1.1. Para a leitura de presença, o leitor só pode requisitar 3 obras de cada vez.

4.2. Obras em livre acesso (Sala de leitura e de Referência)

4.2.1. A estas obras poderá o leitor aceder directamente, ficando estabelecido que não deverá voltar a colocá-las nas estantes, mas num local designado para esse efeito.

5. Leitura domiciliária

5.1. Podem ser requisitadas 3 obras diferentes simultaneamente.

5.2. O empréstimo de obras para leitura domiciliária processa-se entre as 14h e as 18h e a sua devolução deverá ocorrer impreterivelmente 48 horas depois de terem sido requisitadas.

5.3. As requisições das mesmas obras podem ser renovadas, quando não haja prejuízo para outros leitores.

6. Os alunos invisuais dispõem do aparelho Optacon oferecido pela Fundação Calouste Gulbenkian e instalado na Biblioteca Central.

7. Estão disponíveis para pesquisa em CD-ROM diversas bases de dados cuja utilização obedece a um regulamento afixado na Biblioteca.

8. Serviço de informação bibliográfica da Biblioteca Central da Faculdade:

Boletim Bibliográfico (Semestral), 1979 ss.

Núcleo de Teses Existentes na Biblioteca Central da F.L.U.P., "Boletim Bibliográfico - Anexo I", Porto, 1989.

Trabalhos de Docentes da F.L.U.P., "Boletim Bibliográfico - Anexo II", Porto, 1989.

Núcleo das Obras que constituem o Fundo Ultramarino da Biblioteca Central da F.L.U.P., "Boletim Bibliográfico - Anexo III", Porto, 1990.

Núcleo Documental do Instituto de Estudos Norte-Americanos, "Boletim Bibliográfico - Anexo IV", Porto, 1990.

Bibliografia Temática:

- 1- "Biblioteconomia e Documentação", 1989.
- 2- "Educação, Pedagogia, Didáctica", 1989.
- 3- "Biblioteconomia, Documentação, Arquivística", 1989.
- 4- Biblioteconomia. Documentação. Arquivística, 1991.
- 5- Literatura Medieval. Cultura Medieval, 1992.
- 6- Sociologia, 1992

Boletim de Sumários, 1988 ss.

Reservados da Biblioteca Central, 1ª ed., 1989; 2ª ed., 1990

Núcleo Documental do Instituto de Estudos Ingleses, Porto, 1991

Dissertações Académicas, Porto, 1992

Núcleo Documental da Sala Brasileira, Porto, 1992

Para além da Biblioteca Central, existem na Faculdade Institutos, Salas e Centros de Investigação:

Instituto de Estudos Ingleses

- " de Estudos Norte Americanos
- " de Estudos Germanísticos
- " de Geografia
- " de Cultura Portuguesa
- " de Arqueologia
- " de Documentação Histórica Medieval
- " de Filosofia e História da Filosofia
- " de História de Arte
- " de Língua Portuguesa
- " de Literatura Comparada
- " de Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa
- " de Sociologia
- " de Ciências da Educação
- " de Estudos Franceses

Sala Brasileira

- " Espanhola
- " Neerlandesa
- " de História Moderna
- " de História Medieval

Centro de História

- " de Linguística
- " de Estudos Semióticos e Literários.

Dependente da Reitoria da Universidade, mas sediado na FLUP, funciona o Centro Norte de Portugal-Aquitânia (CENPA).

Obs.: O acesso de alunos a algumas destas unidades está condicionado, de acordo com as normas da direcção de cada uma delas.

D - Oficina Gráfica - Balcão de Vendas

Serviço de reprografia da Faculdade e de venda de publicações; apoia as actividades pedagógicas, de investigação e administrativas da escola. Preço fixado pelo Conselho Directivo.

Horário de atendimento ao público:

2ª a 6ª feira: 8H30 - 19H30

Sábados: 9H00 - 12H30.

BAR

Presentemente, o serviço de cafeteria e de "snack" é assegurado por exploração dependente da Associação de Estudantes da Faculdade.

Horário:

2ª a 6ª feira: 8H30 - 19H00

Encerra ao Sábado, normalmente.

PARQUE DE ESTACIONAMENTO

Reservado aos elementos da FLUP. Entrada pela Travessa de Entre Campos. Possui zonas demarcadas, que devem ser respeitadas para comodidade de todos.

No interior do parque aplicam-se todas as normas jurídicas sobre responsabilidade civil por danos causados a terceiros.

Horário:

2ª a 6ª feira - 7H30 - 23H00

Sábados- 7H30 - 13H00.

ACTIVIDADE ESCOLAR

A. Cursos de Licenciatura

História

História (Variante Arte)

História (Variante Arqueologia)

Filosofia

Línguas e Literaturas Modernas (Est. Port; Est. Port/Franc; Est. Port/Ingl; Est. Port/Alem; Est. Ingl/Alem; Est. Franc/ Alem; Est. Franc/Ingl.)

Geografia

Sociologia.

B - Cursos Profissionalizantes:

a) Ramo educacional:

regime transitório

regime normal (3º, 4º e 5º anos).

b) Tradução

C - Cursos de pós-graduação:

a) Mestrados: História Medieval

História Moderna e Contemporânea

História da Arte

Arqueologia

Filosofia do Conhecimento

Literaturas Românicas Modernas e Contemporâneas

Estudos Anglo-Americanos

b) Curso de Especialização em Ciências Documentais - Opção "Bibliotecas e Documentação"; Opção "Arquivos"

Curso de Pós-Graduação em Museologia.

D - Curso de Português para Estrangeiros.

INDICAÇÕES PEDAGÓGICAS (Síntese):

Os alunos devem ter em atenção o regime e tabela de precedências em vigor, assim como as Normas de avaliação aprovadas pelo Conselho Pedagógico.

1. RAMO EDUCACIONAL:

Regime transitório (Port. 850/87):

1º ano:

a) os alunos que concluem a licenciatura (plano de estudos antigo) têm direito a candidatar-se à inscrição no 1º ano no primeiro curso aberto após a conclusão da licenciatura;

b) equivalências concedidas:

em Filosofia: Filosofia da Educação a Introdução às Ciências da Educação;

em LLM: Didáctica da Língua Inglesa a Metodologia do Inglês.

2º ano:

a) estágio nos locais fixados pela Direcção Regional de Educação do Norte;

b) seminário semanal na Faculdade (3 horas);

c) admissão ao estágio com aproveitamento em todas as disciplinas do 1º ano (na época de Julho; os alunos que terminam o 1º ano do regime transitório na época de Setembro e de Dezembro só podem concorrer a lugares de estágio em Julho do ano seguinte).

Regime normal (Port. 850/87):

1. Para poder candidatar-se ao ramo educacional - regime normal - o aluno deve estar em condições de passagem para o 3º ano do curso (isto é, com o máximo de duas disciplinas em atraso).

2. A média para seriação dos candidatos é calculada com base nas classificações da totalidade das disciplinas do 1º e do 2º ano, menos duas (se o aluno não tem disciplinas em atraso), ou menos uma (se só tem uma em atraso).

Obs.: Para os efeitos indicados no número precedente, não são levadas em conta as classificações mais baixas obtidas pelo aluno até à data.

Notas:

I - O regulamento dos estágios, encontra-se publicado na Port. 659/88, de 29 de Setembro.

II - Os alunos devem ler com cuidado todos os avisos afixados sobre esta matéria antes de se dirigirem à Secretaria.

III - Informa-se que a Unidade de Apoio aos Alunos Deficientes (UAAD), da Pró-Reitoria da Universidade (Acção Social Universitária e Assistência Médica), presta apoio psico-social e médico-pedagógico aos estudantes invisuais. Neste âmbito a UAAD promove também a passagem de textos de apoio em Braille, com a colaboração da Associação de Cegos do Norte de Portugal.

No que concerne a aquisição do material específico, por parte destes alunos, dispõem os mesmos de cassetes, a preço mais acessível, no Centro de Documentação e de material didáctico dos Serviços Sociais da Universidade do Porto (SSUP).

Mais se informa que a Pró-Reitoria aguarda uma resposta da Biblioteca Pública Municipal do Porto, sobre uma proposta de colaboração para a gravação de textos de estudantes invisuais da Universidade do Porto.

2. CURSOS DE TRADUÇÃO - Para alunos de LLM (Port. 850/87):

a) Os alunos interessados nestes cursos poderão optar pelo curso de tradução em Inglês-Português, de Francês-Português ou de Alemão-Português.

b) Para se candidatarem à admissão nestes cursos, os alunos devem pertencer a uma variante de licenciatura em Línguas e Literaturas Modernas que inclua línguas estrangeiras e estar em condições de transitarem do 2º para o 3º anos.

c) Os candidatos serão seleccionados de acordo com as médias obtidas nos dois primeiros anos do curso.

INDICAÇÕES ACADÉMICAS (Síntese):

1. No prazo de 7 dias a contar da afixação do respectivo aviso (ou pauta) ou da data do correio, os alunos devem dar cumprimento aos deferimentos favoráveis exarados nos requerimentos que tenham apresentado à Faculdade.

2. Reingressos, transferências, mudanças de curso:

Candidaturas: de 15 de Agosto a 7 de Setembro (inclusive)

Editais afixados em 8 de Outubro (inclusive)

Inscrições: de 9 a 15 de Outubro (inclusive)

Reclamações: de 9 a 15 de Outubro (inclusive)

3. Mudança de variante em LLM: os pedidos dos alunos da FLUP só podem ser considerados depois de terem completado todas as disciplinas do 1º ano em que se inscreveram.

4. Curso de Ciências Documentais (pós-graduação) - as disciplinas em atraso do curso anterior podem ser feitas no curso seguinte.

Notas:

1. Para as restantes informações, devem os alunos consultar o folheto Indicações Úteis aos Alunos, difundido gratuitamente pela Universidade do Porto.

2. Chama-se a especial atenção dos alunos para os avisos sobre a micro-radiografia.

NORMAS DE AVALIAÇÃO

(Aprovadas pelo Conselho Pedagógico em 21.7.92)

No desempenho das funções que lhe competem segundo os Estatutos da Universidade do Porto e os Estatutos da Faculdade de Letras e de acordo com a legislação em vigor, o Conselho Pedagógico aprovou as Normas de Avaliação de Conhecimentos para o ano lectivo de 1992-1993. Estas Normas contêm algumas alterações pontuais relativamente às normas vigentes no ano anterior, por se ter entendido que era necessário reajustar alguns dos critérios às necessidades que a prática pedagógica demonstrou existirem. Em alguns outros casos entendeu-se por bem ser-se mais claro e rigoroso na formulação dessas mesmas normas; finalmente, o Conselho deliberou propor à Escola a abolição das segundas chamadas da primeira época, alargando, em contrapartida, o número de exames que os alunos podem realizar na segunda época (Setembro). (À data da publicação deste Guia esta proposta aguarda ainda parecer favorável do Conselho Científico da FLUP e subsequente homologação da Reitoria).

A. MODALIDADES DE AVALIAÇÃO

Artº 1º - Caracterização das modalidades de avaliação

1. Admitem-se as seguintes modalidades de avaliação:

- a. Avaliação contínua.
- b. Avaliação periódica.
- c. Avaliação final.

2. Nos termos do ponto 1 do artigo 5º é permitida a combinação, numa mesma cadeira, da modalidade de avaliação contínua com uma das outras modalidades de avaliação.

3. Além das modalidades de avaliação referidas há ainda o caso particular das disciplinas que funcionam em seminário e que têm requisitos especiais regulamentados nestas normas no artigo 18º.

4. Em disciplinas determinadas pelo respectivo docente poderão existir, em alternativa ou em combinação com outras modalidades, trabalhos de investigação ou de campo definidos nos termos dos artigos 2º e 17º.

5. Em casos determinados em consequência do conteúdo científico da disciplina, pode ser obrigatória a existência de trabalhos de campo ou de investigação.

Artº 2º - Definição inicial da avaliação e sua apresentação

1. No início do ano lectivo, ao apresentar o programa da disciplina, o docente deve comunicar o plano de avaliação e dialogar com os alunos acerca dos seus diferentes aspectos, explicitando de acordo com as disposições respectivas destas normas:

- a) Objectivos pedagógico-didácticos;
- b) modalidades de avaliação, com referência à existência ou não de avaliação contínua e à forma como, dentro dos limites impostos nestas normas, eventualmente será combinada com outras modalidades;
- c) existência ou não de trabalhos de investigação obrigatórios e/ou facultativos;
- d) os índices e critérios de ponderação final de cada uma das componentes de avaliação (trabalhos de investigação, trabalhos de campo, diferentes componentes de avaliação nas aulas práticas e teóricas, seja em avaliação periódica, seja em avaliação contínua).
- e) o número e o tipo de testes mínimo para a respectiva disciplina na modalidade de avaliação contínua.

2. Aquilo que for definido em 1. deve obrigatoriamente ser registado pelo docente respectivo no livro de sumário máximo até ao 5º sumário.

3. O plano de avaliação terá em conta as condições concretas de funcionamento de cada disciplina, nomeadamente:

- a) número de alunos;
- b) número de docentes;
- c) natureza da disciplina e conteúdos leccionados.

4. Todos os alunos devem tomar conhecimento desde o início do ano lectivo do plano de avaliação de cada uma das disciplinas em que estão inscritos. Em caso algum poderão invocar desconhecimento desse plano nos momentos de avaliação.

B. AVALIAÇÃO CONTÍNUA

Artº 3 - Tipos de provas

1. A modalidade de avaliação contínua consiste na realização complementar ou em alternativa de vários tipos de provas: trabalhos escritos e

orais, relatórios de leitura ou de trabalho de campo, elaboração de bibliografias críticas, testes escritos e orais, ou outras.

2. Uma das provas tem de ser um teste escrito realizado na própria sala de aula e em presença do docente.

3. Os alunos devem ser e estar claramente informados sobre qual o número mínimo de provas necessárias para a aprovação, conforme o registado no livro de sumários nos termos do artigo 2º.

4. Os alunos devem ser e estar informados sobre todos os elementos de avaliação, incluindo os trabalhos orais e a participação oral nas aulas, assim como dos critérios de ponderação adoptados.

5. As classificações de avaliação contínua devem ser regularmente comunicadas ao aluno e publicadas até uma semana antes do prazo limite de desistência de avaliação contínua.

6. As classificações de avaliação contínua são ponderadas em números inteiros na escala de 0 a 20 para efeitos de afixação nas pautas oficiais, conforme o estipulado no artigo 19º destas normas.

Artº 4 - Funcionamento das aulas

1. A avaliação contínua pode ser realizada em qualquer tipo de disciplina, em turmas cuja frequência média não exceda 35 alunos.

2. O quantitativo referido no ponto anterior pode ser alterado após autorização do Conselho Pedagógico havendo recomendação do docente ou requerimento dos alunos.

3. As disciplinas ou turmas que funcionam no regime de avaliação contínua podem ter aulas durante a interrupção motivada pelas primeiras provas de avaliação periódica, mediante acordo entre professor e alunos.

Artº 5 - Combinação de modalidades de avaliação

1. Caso exista uma nítida distinção entre aulas teóricas e aulas práticas, uma mesma disciplina pode funcionar simultaneamente com dois tipos de avaliação: avaliação periódica ou final relativamente às aulas teóricas; avaliação contínua relativamente às aulas práticas.

2. A ponderação da parte prática e da parte teórica da disciplina deve, neste caso, ser concretamente explicitada nos termos do artigo 2º, sendo responsabilidade do docente indicar o índice de ponderação efectivo de cada uma delas na média final da disciplina.

3. Nas disciplinas em que esse índice não tenha sido efectivamente fixado, cumprindo o disposto no artigo 2º, vigora uma ponderação de 50% para cada uma das componentes, prática e teórica, sendo para tal obrigatória nota mínima de 8 a cada uma das componentes.

4. Na situação prevista no ponto 1, em caso de avaliação negativa (inferior a 8) numa das componentes da disciplina, a classificação positiva da outra componente poderá ser considerada até à época de recurso ou especial do mesmo ano lectivo.

Artº 6 - Exigência de presença às aulas

1. A avaliação contínua obriga à presença do aluno no mínimo em 2/3 das aulas.

2. A presença dos alunos é verificada pela assinatura de folhas de presença, sob a responsabilidade do docente.

3. Na situação do número 1 do artigo 5º, os alunos ficam obrigados a este regime de presenças apenas em relação às aulas práticas.

Artº 7 - Inscrição e desistência

1. A inscrição nesta modalidade de avaliação é feita no decurso do primeiro mês de funcionamento da disciplina.

2. Os alunos podem desistir da avaliação contínua, tendo direito a submeter-se à avaliação final na primeira época, até ao fim do primeiro período de avaliação periódica, no caso das línguas vivas; e até à primeira aula da disciplina a seguir às férias da Páscoa, nas restantes disciplinas.

3. A desistência efectua-se por comunicação escrita, datada e assinada e entregue pessoalmente ao professor.

Artº 8 - Reprovação e direito à época de recurso

1. O aluno que obtenha classificação negativa em avaliação contínua é considerado reprovado, tendo no entanto direito a realizar exame final na época de recurso nas condições fixadas pela lei geral e conforme o estipulado no ponto 5 do artigo 14º.

C. AVALIAÇÃO PERIÓDICA

Artº 9 - Tipos de provas

1. O número de provas a realizar é de duas, sendo uma obrigatoriamente na presença do docente e podendo a outra ser um trabalho realizado fora da aula, desde que previamente acordado entre docente e aluno, nos termos do artigo 2º.

2. Além das disciplinas referidas no ponto um, nas disciplinas em que se entenda necessária a realização de trabalhos práticos ou de campo, estes terão um estatuto próprio e a sua realização deve ser previamente acordada entre docente e alunos, nos termos do artigo 2º.

3. Quaisquer outras provas, orais e escritas, que venham a ser realizadas no âmbito de cada disciplina são facultativas excepto no caso das línguas vivas, conforme o estipulado no artigo 13º, relativo à obrigatoriedade de uma prova oral.

4. As provas só podem incidir sobre matéria leccionada até 8 dias antes da sua realização.

5. Sempre que as classificações das provas que excedam o número mínimo de duas sejam consideradas para efeito de média final, devem ser publicadas em pauta como as restantes.

Artº 10 - Repescagem

1. Os alunos em avaliação periódica têm direito, nas condições abaixo indicadas, a uma prova de repescagem a realizar simultaneamente com a primeira chamada do exame final da época normal.

2. A nota de uma das provas de avaliação periódica tem de ser obrigatoriamente positiva para o aluno poder realizar a prova de repescagem.

3. Os alunos que tenham obtido uma nota igual ou inferior a sete valores numa das provas, ou a ela tenham faltado, têm direito a repescagem sobre a matéria respeitante àquela prova nas condições do ponto 2.

4. Também têm direito a realizar a prova de repescagem os alunos que tenham obtido numa das provas 8 valores, desde que a média final não seja positiva.

5. A nota obtida na prova de repescagem anula a nota da prova que substitui.

6. Em caso algum a prova de repescagem se destina a melhoria de nota.

7. Para que os alunos se considerem aprovados em avaliação periódica, a média final tem de ser positiva e em nenhuma das provas obrigatórias a nota pode ser igual ou inferior a sete valores.

Artº 11 - Inscrição e desistência

1. A inscrição do aluno nesta modalidade de avaliação considera-se efectiva pela sua presença na primeira prova de avaliação periódica.

2. Alunos que não compareçam à primeira prova, mas queiram optar por esta modalidade de avaliação, devem informar o responsável da cadeira até dez dias úteis após o reinício das aulas.

3. Presume-se que um aluno que não cumpra com o disposto em nenhum dos dois pontos acima referidos optou pela modalidade de avaliação final.

4. Um aluno que não compareceu à segunda prova de avaliação periódica perde, por isso, o direito a esta modalidade de avaliação salvo se

comunicar ao professor até três dias úteis após a realização da mesma que tenciona manter-se nesta modalidade.

5. Presume-se que um aluno que não cumpra com o procedimento referido no ponto 4 deste artigo optou pela avaliação final.

6. A desistência de uma prova durante a sua realização equivale à classificação de zero valores.

7. Um aluno que compareça a duas ou mais provas de avaliação periódica perde o direito à desistência desta modalidade de avaliação, não podendo realizar exame final na época normal, excepto nos casos contemplados no ponto 7 do artigo 14º, relativo aos alunos do 4º ano.

Artº 12 - Reprovação e direito à época de recurso

1. O aluno em avaliação periódica que não tenha tido classificação positiva na primeira prova, compareça à segunda e não tenha igualmente classificação positiva nesta ou dela desista, considera-se reprovado.

2. O aluno que obtenha classificação negativa em avaliação periódica é considerado reprovado, tendo no entanto direito a realizar exame final na época de recurso nas condições fixadas pela lei geral e conforme os artigos 14º e 16º das actuais normas.

Artº 13 - Tipos de provas em línguas vivas

1. Sem prejuízo do exposto nos artigos 9º, 10º e 11º, a avaliação periódica consta de dois tipos de provas: escritas e orais.

2. As provas escritas são em número de duas e precedem a oral, obrigando a uma média mínima de nove valores, sendo uma delas obrigatoriamente positiva.

3. Cabe aos docentes fixar o momento de realização, observando o intervalo mínimo de 48 horas (dias úteis) após a fixação dos resultados das provas escritas, segundo o estipulado no artº 20º.

4. A classificação final deve obter-se pela média entre a nota da prova oral e a média alcançada nas provas escritas e segundo o estipulado no artigo 19º destas normas.

5. Em línguas vivas a prova oral funciona sempre como uma prova autónoma com a finalidade de avaliar a capacidade de expressão oral do aluno, não podendo nunca ser entendida como prova de repescagem das provas escritas.

6. Para efeitos de média final nenhuma das três provas realizadas pode ter uma classificação inferior a oito valores.

D. AVALIAÇÃO FINAL

Artº 14 - Tipo de provas

1. O exame final é constituído por uma prova escrita e, se necessário ou requerido, uma prova oral, devendo aquela anteceder sempre esta.
2. Na primeira época de exames finais há apenas uma chamada por cada disciplina, tal como nas épocas de recurso e especial.
3. Nas disciplinas em que seja obrigatória a realização de uma prova prática no exame final, esta poderá ser substituída por um trabalho prático ou de campo previamente realizado ao longo do ano lectivo, desde que para tal haja acordo entre professor e aluno, nos termos do artigo 2º.
4. Os alunos podem realizar exames sem limite quantitativo a qualquer disciplina em regime de avaliação final na época de Setembro.
5. Para os alunos que realizem exames na segunda época (Setembro) como recurso de classificações negativas obtidas na primeira época, em qualquer modalidade de avaliação, existe um limite de duas disciplinas anuais e quatro semestrais.
6. Na época especial (normalmente em dezembro), os alunos podem prestar provas de exame final a duas disciplinas ou quatro semestrais (no máximo), desde que com a aprovação em tais disciplinas reúna as condições necessárias à obtenção de grau ou diploma.
7. Os alunos do 4º ano dos diversos cursos podem realizar recurso da classificação de avaliação periódica ou avaliação contínua na 1ª chamada da 1ª época de exames finais, em alternativa a Setembro.
(Conforme o referido no preâmbulo algumas das cláusulas deste artigo aguardam homologação.)

Artº 15 - Exames para melhoria de classificação

1. Os alunos podem requerer melhoria de classificação apenas uma vez a cada disciplina. Esta melhoria pode ser realizada até à época de recurso do ano lectivo seguinte àquele em que os alunos obtiveram aprovação.
2. Os alunos que desejem fazer exames para melhoria de classificação no ano seguinte àquele em que obtiveram a passagem nas disciplinas respectivas, têm de se cingir aos programas leccionados durante o ano lectivo em que terá lugar o novo exame e de prestar provas com o docente ou docentes que ministrar(em) os referidos programas.
3. Os alunos podem requerer melhoria de classificação relativamente a qualquer disciplina e sem restrição numérica de disciplinas.
4. No exame para melhoria de nota prevalece a classificação mais elevada.

Artº 16 - Provas orais em avaliação final

1. As provas orais devem realizar-se em salas de aula abertas ao público e perante um júri constituído por um número mínimo de dois docentes ligados à área da disciplina.

2. Cabe aos docentes determinar o momento da realização da prova oral, observando o intervalo mínimo de 48 horas (dias úteis) após a afixação da classificação da prova escrita correspondente.

3. A nota mínima de admissão à prova oral é de oito valores, tendo em conta os arredondamentos fixados no artº 19.

4. Os alunos que obtenham na prova escrita nota igual ou superior a dez valores ficam dispensados da prova oral sem que, no entanto, lhes seja vedado requerê-la no prazo de 48 horas (dias úteis) após a afixação da classificação da prova escrita.

5. Sempre que se realize uma prova oral em avaliação final, o resultado será a média obtida entre a nota da prova escrita e a nota da prova oral, arredondada para números inteiros, na escala 0 a 20, segundo o estipulado no artº 19.

6. Nas disciplinas de línguas vivas a prova oral é sempre obrigatória, desde que o aluno tenha obtido nota igual ou superior a 8 valores.

7. O regime de obrigatoriedade da prova oral pode ser estendido a qualquer outra disciplina que não as línguas por decisão do Conselho Pedagógico, sob proposta do responsável pela disciplina e ouvido o Conselho Científico.

E. TRABALHOS DE INVESTIGAÇÃO E SEMINÁRIOS

Artº 17 - Definição de trabalho de investigação

1. Considera-se um trabalho de investigação um trabalho em que haja pesquisa bibliográfica e documental original e individualizada e cuja apresentação e dimensão obedeça a certos requisitos mínimos previamente acordados entre docente(s) e aluno ou grupo de alunos.

2. Os critérios, métodos, prazos e formas de realização devem ser discutidos com o docente no início da realização do trabalho; o docente deve acompanhar de perto a elaboração do trabalho em todos os seus trâmites.

3. Os alunos pertencentes a um mesmo grupo de trabalho podem ter uma classificação diferenciada em função da sua participação individual desde que essa diferenciação seja objectivamente fundamentada e esta possibilidade tenha sido comunicada pelo docente no início do trabalho.

Artº 18 - Seminários

1. Os seminários são disciplinas incluídas nos currícula das licenciaturas e designadas enquanto tal nos termos da legislação em vigor.

2. Para efeitos de avaliação, docente e aluno ficam obrigados a participar num número de reuniões a determinar no início do seminário.

3. A avaliação a realizar nessas reuniões é de natureza qualitativa.

4. Para todos os efeitos consideram-se essas reuniões equivalentes a provas de qualquer outro sistema de avaliação ainda que sem prejuízo dos trabalhos a realizar.

5. Os trabalhos de investigação realizados no âmbito dos seminários obedecem às normas estipuladas no artigo 17.

6. Todas as decisões quanto às modalidades de avaliação, organização e funcionamento do seminário, deverão ficar registadas no livro de sumários, à semelhança do estipulado no artigo 2º.

F - APRESENTAÇÃO DAS CLASSIFICAÇÕES E SUA APLICAÇÃO

Artº 19 - Forma de apresentação das classificações

1. Todas as notas relativas a provas ou a trabalhos que servem de fundamento à classificação final bem como esta última são publicadas sob a forma de nota quantitativa (escala de 0 a 20) em pautas datadas e assinadas pelo docente da disciplina.

2. As classificações afixadas em pauta são apresentadas em números inteiros.

3. Para o cálculo de médias finais as décimas são arredondadas à unidade por defeito até ao meio valor, exclusive, e por excesso a partir do meio valor, inclusive.

4. Quaisquer outras escalas utilizadas pelo docente no âmbito das suas classificações terão de ser convertidas à escala referida nos pontos anteriores para efeitos de classificações finais e periódicas.

Artº 20 - Prazos de afixação das classificações

1. Os resultados da primeira prova de avaliação periódica devem ser afixados até, no máximo, 30 dias antes da realização da segunda prova de avaliação periódica.

2. Os resultados da segunda prova de avaliação periódica devem ser afixados, em dias úteis, até 48 horas antes da realização da prova de repescagem respectiva.

3. Os resultados dos exames devem ser afixados, em dias úteis, até 48 horas antes da realização das provas orais respectivas, com indicação explícita do dia e hora em que estas se realizam.

4. Os resultados das provas orais devem ser afixados no próprio dia em que as provas se realizaram.

5. Os resultados dos exames da segunda época devem ser afixados até 24 horas antes da data do início do prazo das inscrições nas disciplinas do ano lectivo seguinte.

6. Estes prazos vigoram sem prejuízo de quaisquer outros que os Conselhos Pedagógico e Directivo venham a determinar e publicitar em tempo oportuno.

G - CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO E CONSULTA DAS PROVAS

Artº 21 - Consulta das provas

1. Os alunos têm direito de consultar as suas provas e outros elementos de avaliação depois de classificadas, desde que na presença do docente.

2. Em caso de prestação de prova oral os alunos têm o direito de conhecer a classificação da prova escrita correspondente.

3. Caso o Conselho Pedagógico considere existir alguma irregularidade processual nas classificações ou lhe seja remetido algum requerimento apontando tais irregularidades, tomará as providências que entender necessárias no sentido de resolver a situação.

Artº 22 - Condições de prestação de provas e casos de fraude

1. No início de cada prova o docente deve informar claramente os alunos acerca das condições de prestação da prova.

2. Em caso de fraude comprovável o docente deve anular a prova e comunicar o facto ao Conselho Pedagógico.

3. Caso haja apenas suspeitas de fraude deve o docente comunicar todas as informações sobre a sua fundamentação ao Conselho Pedagógico, o qual tomará posição depois de ouvidas todas as partes envolvidas.

4. No caso de fraude grave comprovada o Conselho Pedagógico comunicará o facto à secção disciplinar do Senado Universitário.

Artº 23 - Identificação dos alunos no momento de prestação de provas

1. Os docentes encarregados de vigiar quaisquer provas têm o direito de exigir aos alunos documento comprovativo da sua identidade.

2. Os docentes encarregados de vigiar provas de avaliação periódica e exames finais devem fazer circular uma folha de presenças e recolher as assinaturas de todos os alunos presentes; essa folha de presenças devidamente datada e rubricada, deve ser entregue ao docente responsável da disciplina juntamente com as provas respectivas.

H - CALENDÁRIO DE PROVAS

Artº 24 - Direito a reclamação relativa ao calendário de provas

1. Dadas as dificuldades na elaboração do calendário nos cursos com múltiplas variantes, está previsto um prazo para reclamações relativas a coincidências de provas de disciplina do mesmo ano. O prazo é de 48 horas (dias úteis) depois de afixados o calendário das provas.

2. As reclamações devem ser dirigidas ao Presidente do Conselho Pedagógico e entregues à Secretaria da Faculdade; o Presidente do Conselho Pedagógico delegará num ou mais membros deste Conselho o poder de resolução destas situações.

Calendário das provas em 1992-1993

(Aprovado na reunião do Conselho Pedagógico de 12.07.91)

Avaliação periódica:

Primeiras provas: de 25 de Janeiro a 13 de Fevereiro de 1993 (Reinício de aulas: 15 de Fevereiro de 1993)

Segundas provas: de 31 de Maio a 19 de Junho de 1993

Fim de aulas: 28 de Maio de 1993

Exames finais:

Época normal: de 21 Junho a 10 de Julho de 1993.

Época de recurso: de 6 a 22 de Setembro de 1993

PUBLICAÇÕES:

1. REVISTAS

Revista de Faculdade de Letras:

História, II série: 1984 ss.

Filosofia, II série: 1985 ss.

Línguas e Literaturas, II série: 1984 ss.

Geografia, 1985 ss.

Portugal (Instituto de Arqueologia), nova série, 1980 ss

Runa. Revista Portuguesa de Estudos Germanísticos (Coedição do Instituto de Estudos Germanísticos da FLUP), 1984 ss.

Revista Portuguesa de Estudos Anglo-Americanos (Associação Portuguesa de Estudos Anglo-Americanos, Faculdade de Letras da Universidade do Porto), 1990 ss.

2. OUTRAS PUBLICAÇÕES:

Bibliografia Cronológica da Espiritualidade em Portugal. 1501-1700, Porto, Faculdade de Letras - Instituto de Cultura Portuguesa, "Línguas e Literaturas - Anexo II", 1988

Duas Línguas em Contraste: Português e Alemão. Actas do 1º Colóquio Internacional de Linguística Contrastiva Português-Alemão (Faculdade de Letras do Porto, Outubro de 1988), Porto, Faculdade de Letras-Instituto de Estudos Germanísticos, "Línguas e Literaturas - Anexo III", 1989

FARDILHA, Luís Fernando de Sá - Poesia de D. Manoel de Portugal. I - Prophana, Edição das suas fontes, Porto, Faculdade de Letras - Instituto de Cultura Portuguesa, "Línguas e Literaturas - Anexo IV", 1991

"Fundo Primitivo" da Biblioteca Central. 1919-1928, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1989

Probleáticas em História Cultural (Faculdade de Letras do Porto, Outubro de 1986), Porto, Faculdade de Letras - Instituto de Cultura Portuguesa, "Línguas e Literaturas - Anexo I", 1987

3. TRABALHOS PUBLICADOS EM COLABORAÇÃO COM OUTRAS ENTIDADES:

FERNANDES, José Alberto V. Rio - A Foz. Contribuição para o Estudo do Espaço urbano do Porto, Porto, INIC/FLUP, 1985

HOMEM, Armando Luís de Carvalho - O Desembargo Régio (1230-1433), Porto, INIC/Centro de História (UP), "História Medieval - 5", 1990

MARQUES, Helder - Região Demarcada dos Vinhos Verdes. Ensaio de Geografia Humana, Porto, INIC/FLUP, 1985

MARQUES, João Francisco - A Parenética Portuguesa e a Dominação Filipina, Porto, INIC/Centro de História (UP), "História - 6", 1986

MARQUES, João Francisco - A Parenética Portuguesa e a Restauração - 1640-1668; 2 vols., Porto, INIC/Centro de História (UP), "História Moderna e Contemporânea - 2", 1988

PINTO, Maria da Graça Lisboa Castro - Abordagem a Alguns Aspectos da Compreensão Verbal na Criança. Estudo Psicolinguístico do "Token Test" e de Materiais de Metodologia Complementar, Porto, INIC/Centro de Linguística (UP), "Linguística - 8", 1988

3.1. Com o NÚCLEO DE ESTUDOS FRANCESES DA UNIVERSIDADE DO PORTO:

3.1.1. REVISTA:

Intercâmbio, 1990

3.1.2. OUTRAS PUBLICAÇÕES:

BRITO, Ferreira de - Nas Origens do Teatro Francês em Portugal, Porto, Núcleo de Estudos Franceses da Universidade do Porto, 1989

BRITO, Ferreira de - Revolução Francesa. Emigração e Contra-Revolução, Porto, Núcleo de Estudos Franceses da Universidade do Porto, 1989

BRITO, Ferreira de - Voltaire na Cultura Portuguesa. Os Tempos e os Modos, Porto, Núcleo de Estudos Franceses da Universidade do Porto, 1991

3.2. Com a BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DO PORTO:

EIRAS, Adriano - Faculdade de Letras do Porto 1919-1931. Contribuição para a sua História, Porto, Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1989

PUBLICAÇÃO DE ACTAS DE COLÓQUIOS E CONGRESSOS REALIZADOS OU PARTICIPADOS PELA FLUP:

O Porto na Época Moderna (Faculdade de Letras do Porto, Novembro de 1979), "Revista de História", Porto, INIC/Centro de História UP, vol. II, 1979, vol. III, 1980

Colóquio Inter-Universitário de Arqueologia do Noroeste (Novembro de 1983), "Portugalia", Porto, Faculdade de Letras - Instituto de Arqueologia, nova série, IV-V, 1983-1984

I Jornadas de Estudo Norte de Portugal - Aquitânia (Faculdade de Letras do Porto, Novembro de 1984), Porto, Centro de Estudos Norte de Portugal - Aquitânia (CENPA), 1986

II Jornadas Luso - Espanholas de História Medieval (Novembro de 1985), 3 vols., Porto, Centro de História UP/INIC, 1987, 1989

Problemáticas em História Cultural (Faculdade de Letras do Porto, Outubro de 1986), Porto, Faculdade de Letras - Instituto de Cultura Portuguesa,

"Línguas e Literaturas - Anexo I", 1987

I Congresso de Literaturas Marginais (Faculdade de Letras do Porto, Abril de 1987) (No prelo)

Victor Hugo e Portugal. Actas do Colóquio (No Centenário da sua Morte) (Faculdade de Letras do Porto, Maio de 1987), Porto, Ed. subsidiada pela Fundação Eng. António de Almeida e pela Fondation Calouste Gulbenkian, 1987

Colóquio Comemorativo do VI Centenário do Tratado de Windsor (Faculdade de Letras do Porto, Outubro de 1986), Porto, Faculdade de Letras - Instituto de Estudos Ingleses, 1988)

La Sociologie et les Nouveaux Défis de la Modernisation (Faculdade de Letras do Porto, Maio de 1987), Porto, Association Internationale des Sociologues de Langue Française - Secção de Sociologia da Faculdade de Letras do Porto, 1988)

Congresso Internacional "Bartolomeu Dias e a sua época", 5 vols., Porto, Universidade do Porto - Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1989

Encontro de Literatura Suíça (Faculdade de Letras do Porto, Maio de 1989), Porto, Faculdade de Letras - Instituto de Estudos Germanísticos, 1989

Eça e "Os Maias", I Encontro Internacional de Queirosonianos (Faculdade de Letras do Porto, Novembro de 1988), Porto, Edições ASA, 1990

OUTRAS PUBLICAÇÕES DA FACULDADE (Divulgação interna): CONSELHO DIRECTIVO:

Guia do Estudante, Porto, 1980/81 ss.

Faculdade de Letras, 1988-1989, Porto, 1989

Dissertações Académicas, Porto, 1991

PUBLICAÇÕES DO CENTRO DE ESTUDOS NORTE DE PORTUGAL - AQUITÂNIA (CENPA):

I Jornadas de Estudo Norte de Portugal - Aquitânia, Porto, Universidade do Porto - Centro de Estudos Norte de Portugal - Aquitânia, 1986

PEREIRA, Gaspar Martins - O Douro. A Vinha, o Vinho e a Região de Pombal a João Franco, Porto, Centro de Estudos Norte de Portugal - Aquitânia, 1990

PUBLICAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS ESTUDANTES DA FACULDADE DE LETRAS DO PORTO (AEFLUP):

1. Revista

Humanidades, 1982 ss.

PROGRAMAS

NOTA: Os programas que se seguem encontram-se aprovados pelo Conselho Científico para o ano lectivo de 1992-93. As indicações constantes das bibliografias são da responsabilidade dos respectivos docentes.

SOCIOLOGIA POLÍTICA

Docente: Prof. Doutor António Teixeira Fernandes

1. Introdução. Sociologia e Sociologia Política. Alguns vectores de análise.
2. A especificidade dos fenómenos políticos. Poder, dominação e autoridade.
3. A relação entre as concepções da sociedade e do poder político.
4. O exercício da autoridade. Estado-razão e Estado-dominação.
5. A legitimidade do poder político. Sistemas de legitimação e fontes de legitimidade.
6. A tendência histórica à concentração do poder político. A liberdade no jogo do poder e do contra-poder.
7. Os partidos políticos e as classes sociais. As classes sociais e a acção de classe. O sufrágio universal.
8. A burocratização da vida política e social. Elites e circulação de elites. A alternância do poder.
9. A democracia nas sociedades modernas. As condições necessárias à sua realização.

BIBLIOGRAFIA FUNDAMENTAL

- ANSART, Pierre - Les Idéologies Politiques, Paris, PUF, 1974
"- Idéologies, Conflits et Pouvoir, Paris, PUF, 1977
ARENOT, Hannah - Le système totalitaire, Paris, Seuil, 1972
"- La crise de la Culture, Paris, Gallimard, 1972
ARON, Raymond - Démocratie et totalitarisme, Paris, Gallimard, 1983
"- Essai sur les Libertés, Paris, Gallimard, 1982
AUGÉ, Marc - Pouvoirs de Vie, Pouvoirs de Mort, Paris, Flammarion, 1977
BALANDIER, Georges - Anthropologie politique, Paris, PUF, 1984
BÉNÉTON, Philippe - Introduction à la politique moderne, Paris, Hachette, 1987
BIRNBAUM, Pierre - La logique de l'État, Paris, Fayard, 1982
BURDEAU, Georges - La démocratie, Paris, Seuil, 1966
"- L'État, Paris, Seuil, 1970
CLASTRES, Pierre - La Société contre l'État, Paris, Minuit, 1982
DURKHEIM, Emile - De la Division du travail social, Paris, PUUF, 1967

- "- Leçons de Sociologie, Paris, PUF, 1969
- 1981 DUVERGER, Maurice - Les Partis politiques, Paris, Armand Clin,
- 1974 EASTON, David - Analyse du système politique, Paris, Armand Colin,
- FERNANDES, A. Teixeira - Os Fenómenos Políticos. Sociologia do Poder, Porto, Afrontamento, 1988
- FREUND, J. - L'Essence du Politique, Paris, Sirey, 1981
- JOUVENEL, Bertrand de - Du Pouvoir, Paris, Hachette, 1982
- LIPSET, S. M. - L'Homme et la Politique, Paris, Seuil, 1963
- LAPIERRE, J. W. - Vivre sans l'État?, Paris, Seuil, 1963
- "- L'Analyse des Systèmes politiques, Paris, PUF, 1973
- MICHELS, Robert - Les Partis politiques, Paris, Flammarion, 1971
- MILLS, C. Wright - L'Élite du Pouvoir, Paris, Maspero, 1969
- OSTROGORSKI, Moisei - La Démocratie et les Partis politiques, Paris, Seuil, 1979
- PARETO, Vilfredo - Traité de Sociologie Générale, Genebra-Paris, Droz, 1968
- 1981 SOREL, Georges - Réflexions sur la violence, Genebra-Paris, Slatkine,
- TOCQUEVILLE, Alexis de - De la Démocratie en Amérique, Paris, Flammarion, 1981
- VARIOS - Le Pouvoir des Médias, Paris, PUF, 1987
- WEBER, Max - Economía y Sociedad, México-Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 1964
- "- O Político e o Cientista, Lisboa, Presença, s/d

SOCIOLOGIA DA ESTRATIFICAÇÃO E DAS CLASSES SOCIAIS

Docente: Dr^a Dulce Maria da Graça Magalhães

I. Introdução: diferenças, desigualdades e conflitos sociais.

II. Localização do conceito de classe em alguns quadros teóricos fundamentais da Sociologia.

- A. Fundamentos e problemas da análise marxista das classes sociais.
- B. A perspectiva weberiana sobre classes, status e partido.
- C. Estratificação e mobilidade social no estrutura-funcionalismo.
- D. Outras referências clássicas.

III. Novos contributos da teoria das classes e da estratificação para a análise das sociedades contemporâneas.

- A. Sobre o conceito de propriedade dos meios de produção.
- B. Lugares de classe, trajectos de classe.
- C. Lugares contraditórios e dupla pertença de classe.
- D. As "classes médias" e a divisão da classe operária.
- E. Escolarização, transformações do mercado de trabalho e estrutura de classes.
- F. Outras questões.

IV. Dificuldades e possibilidades de operacionalização na análise sociológica das classes e da estratificação.

- A. Definição do problema.
- B. Referência aos limites e virtualidades dos indicadores de estrutura social nas estatísticas portuguesas.

V. Estrutura social portuguesa.

- A. Análises globais.
- B. Análises de âmbito local e regional.

VI. Exemplos de análises sociológicas de práticas de classe.

- A. Das desigualdades de consumo às lógicas de distinção.
- B. Culturas e práticas culturais de classe.
- C. Interação e relações de classe.

VII. Mobilidade e mudança nas sociedades contemporâneas.

BIBLIOGRAFIA FUNDAMENTAL

- ALMEIDA, J. F. - Classes sociais nos campos, Lisboa, ICS, 1986
- BOURDIEU, P. - La distinction, Paris, Minuit, 1979
- GIDDENS, A. - Capitalismo e moderna teoria social, Lisboa, Presença/
Martins Fontes, 1976
- "- O poder simbólico. Lisboa, Difel, 1989
- LAURIN-FRENETTE, N. - Las teorias funcionalistas de las classes sociales. Sociologia e ideologia burguesa, Madrid, Siglo XXI, 1985
- MILLS, W. - A elite do poder, Rio de Janeiro, Zahar, 1981
- PINTO, J. Madureira - Estruturas sociais e práticas simbólicas - ideológicas nos campos, Porto, Afrontamento, 1985
- VELHO, O. G. e outros (Org.) - Estrutura de classes e estratificação social, Rio de Janeiro, Zahar, 1981
- WRIGHT, E. Olin - Classe, crise e o estado, Rio de Janeiro, Zahar, 1979

Nota: Ao longo das aulas será facultada aos estudantes bibliografia complementar.

SOCIOLOGIA RURAL E URBANA

Docente: Dr^a Helena Carlota Ribeiro Vilaça

I. SOCIOLOGIA URBANA

1. Objecto da Sociologia Urbana.

1.1. Problemas de definição - a crise urbana.

1.2. Uso e percepção do espaço.

1.3. Especificidade do espaço urbano.

2. Sociologia Urbana: as principais teorias.

2.1. Ecologia humana - a Escola de Chicago.

2.2. Marx.

2.3. Weber.

2.4. Tendências actuais - Estados Unidos e França.

3. O sistema urbano.

3.1. Planeamento urbano: a importância de um enquadramento territorial.

3.2. Políticas urbanas.

3.2.1. Industrialização e Tercearização.

3.2.2. Habitação

3.2.2.1. Alojamento público e o alojamento privado

3.2.2.2. Legalidade e o fenómeno clandestino.

3.2.3. Transportes.

3.2.4. Equipamentos colectivos.

3.2.5. O processo de urbanização em Portugal.

II. SOCIOLOGIA RURAL

1. Objecto da Sociologia Rural.

1.1. Tradições teóricas da Sociologia Rural.

1.2. Problemas em torno de um objecto:

1.2.1. A dicotomia cidade-campo.

1.2.2. Espaço rural e modernização - agricultura e indústria.

1.2.3. Agricultura e recursos naturais.

1.2.4. Identidades locais e regionais.

2. Espaços rurais.

2.1. Comunidade rural e identidade local.

2.2. Família e redes de sociabilidade.

2.3. Classes e estratos sociais no campo.

2.3.1. Agricultura a tempo parcial e semiproletarização.

3. Meio rural e meio urbano.

3.1. Tradição e inovação.

3.2. A urbanização do espaço rural.

3.3. Industrialização e transformações espaciais.

3.4. O fenómeno de rurbanização.

4. Espaços rurais na sociedade portuguesa.

4.1. População rural e população activa agrícola.

4.2. Êxodo rural e êxodo agrícola.

4.3. A integração europeia.

BIBLIOGRAFIA

A. SOCIOLOGIA URBANA

BOURDIN, A. - Le patrimoine réinventé, Paris, PUF, 1984

CASTELLS, M. - Problemas de investigação em sociologia urbana, Edit. Presença, Lisboa, 1979

"- Crisis urbana y cambio social, Ed., Siglo XXI, Madrid, 1981

FARIA, C.V. - Novo fenómeno urbano: Aglomeração de Setúbal. Ensaio de Sociologia Urbana, Assfrio e Alvim, Lisboa, 1981

MORVAL, J. - Introduction à la psychologie de l'environnement, Pierre Mardaga ed., Bruxelles, 1981

NEWBY, G. - Introducción a la Sociología urbana, Madrid, Alianza, 1983

PRETECEILLE, E.; PINCON-CHARLOT, M. - Segregation urbaine: Classes sociales et équipements collectifs en region parisienne, Anthropos, 1986

REMY, J.; VOYÉ, L. - La ville et l'urbanisation, Gembloux, Duculot, 1974

TOPALOV, C. - "La politique du logement dans le processus revolutionnaire portugais: 25 avril 1974 - 11 mars 1975", in Espaces et sociétés, 17-18, Paris, 1976

VÁRIOS - L'école de Chicago - naissance de l'ecologie urbaine, Champs Urbain, Paris, 1979 (antologia)

B. SOCIOLOGIA RURAL

ALMEIDA, J.F. - "A monografia rural", in Análise Social, n°52, 1979

FREITAS, E.; ALMEIDA, J.F. - Modalidades de penetração do capitalismo na agricultura. Estruturas agrárias em Portugal Continental, 1950-1970, Ed. Presença, Lisboa, 1976

BAUER, G.; ROUX, J. M. - La rurbanisation ou la ville eparpille, Seuil, Paris, 1976

LEFEVBRE, H. - Du rural à l'urbain, Éditions Anthropos, Paris, 1970

MENDRAS, H. - "Sociologie des Ruraux", Encyclopédie Universalis.

"- La fin des paysans, Paris, Armand Colin, 1967

NEWBY, H. - "Rural Sociology", Current Sociology, vol. 28, nº1, 1980

PINTO, J.M. - Estruturas sociais e práticas simbólico-ideológicas nos campos, Afrontamento, Porto, 1985

RAMBAUD, P. - Société Rurale et Urbanisation, Seuil, Paris, 1969

SOCIOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO

Docente: Dr^a Helena Carlota Ribeiro Vilaça

Dr^a Isabel Maria A. Coelho dos Santos

1. Introdução.

1.1. Análise de Conceitos.

1.1.1. Progresso, evolução, mudança social.

1.1.2. Crescimento e Desenvolvimento.

1.2. A percepção do (sub)desenvolvimento.

1.2.1. Evolução dos discursos: evidências e representações.

1.2.2. O problema das resistências e dos obstáculos.

2. Produção de teorias do desenvolvimento.

2.1. Os factores económicos do desenvolvimento.

2.2 Os factores sócio-culturais do desenvolvimento.

2.2.1. A teoria da modernização.

2.2.2. Os factores psico-sociológicos.

3. Quadro histórico do desenvolvimento e subdesenvolvimento.

3.1. Centro/periferia: formação e desenvolvimento.

3.2. "Teoria" da dependência.

3.2.1. O desenvolvimento do subdesenvolvimento.

3.2.1.1. O problema da troca desigual.

3.2.1.2. Especificidade das formações periféricas.

3.3. A dependência estrutural.

4. Reconsiderações sobre a actual problemática do Desenvolvimento.

4.1. O impasse da Teoria da Dependência.

4.2. Pistas para uma nova conceptualização do desenvolvimento.

5. O caso português: a dinâmica do desenvolvimento em Portugal.

5.1. Algumas considerações sobre o percurso da Economia Portuguesa até à Segunda Guerra Mundial.

5.2. O desenvolvimento económico português depois da Segunda Grande Guerra.

5.2.1. Os anos 50 e o modelo de crescimento económico: factores determinantes, caracterização e factores do seu esgotamento.

5.2.2. Os anos 60: alteração face ao modelo anterior.

5.2.3. Os anos 70: a Nova Política Económica; o 25 de Abril; a "redescoberta" da Europa e as opções quanto ao modelo de desenvolvimento.

5.2.4. Os anos 80: política económica e social: características dos principais sectores de actividade económica; enquadramento face à Europa e ao resto do mundo; bloqueamentos e potencialidades no contexto da integração europeia.

5.2.5. As perspectivas de desenvolvimento para os anos 90: as condicionantes internas e externas; o Mercado Único Europeu; a União Económica Monetária.

BIBLIOGRAFIA FUNDAMENTAL

AMIN, Samir - Le Développement inégal. Essai sur les Formes sociales du Capitalisme périphérique, Paris, Editions Minuit, 1973

BADIE, Bertrand - Le Développement politique, Paris, Economica

BAIROCH, Paul - Révolution industrielle et sous-développement, Paris, Centre d'Études de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales

BOUDON, Raymond - La place du désordre: critique des théories du changement social, Paris, PUF, 1984

CABRAL, M. Villaverde - O desenvolvimento do Capitalismo em Portugal no Séc. XIX, Porto, Ed. A Regra do Jogo, 1976

CASTRO, Armando de - A Economia Portuguesa no Séc. XX (1900-1925), Porto, Ed. 70, 1973

"- Evolução da Economia Portuguesa, Lisboa, Cadernos Seara Nova, 1973

FIGUEIREDO, António Manuel; COSTA, Carlos - O Subdesenvolvimento, vol. I, Porto, Ed. Afrontamento, 1982; vol. II, Porto, Ed. Afrontamento, 1986

FRANK, A. Gunder - Sociologia do desenvolvimento e subdesenvolvimento da Sociologia, Coimbra, Centelha, 1976

FURTADO, Celso - Desenvolvimento e subdesenvolvimento, Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1965

HIRSCHMAN, A. - L'économie comme science morale et politique. Paris, Seuil, 1984

MALEK, A. Adhel e outros - Clés pour une stratégie nouvelle du développement, Paris, UNESCO, Ed. Ouvrières, 1984

- MARC, Gabriel - Le développement en quête d'acteurs, Paris, Centurion, 1984
- MOURA, Francisco Pereira - Por onde vai a Economia Portuguesa, Lisboa, Ed. Seara Nova
- MURTEIRA, Mário - Desenvolvimento, Subdesenvolvimento e o Modelo Português, Lisboa, Ed. Presença
- ORDAZ, Pedro - Adesão às Comunidades Europeias. Problemas de Transição, Portugal Contemporâneo, INA, 1986
- PEREIRA, Miriam Halpern - Assimetrias de Crescimento e Dependência Externa, Lisboa, Ed. Seara Nova, 1974
- PERROUX, François - Pour une philosophie du nouveau développement, Paris, Bouvier, 1981
- PINTO, Armando Sevinate e outros - A agricultura portuguesa no período 1950-1980, Imprensa Nacional-Casa da Moeda/IED, 1984
- ROSTOW, W.W. - Etapas do desenvolvimento económico, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1966
- SACHS, Ignacy - Initiation à l'écodéveloppement, Paris, Privat, 1981
- SANTOS, Boaventura Sousa - Estado e sociedade na semi-periferia do sistema mundial, "Análise Social", n° 87-88-89, Lisboa, 1985
- SILVA, Manuela e out. - Portugal, que vias de desenvolvimento? Que instituições?, Porto, Ed. Afrontamento, 1980
- AA.VV. - Le Développement: Idéologies et Pratiques, Paris, Orston, 1983

OPÇÕES

SOCIOLOGIA DA CULTURA E DA COMUNICAÇÃO

Docente: Dr^a Dulce Maria da Graça Magalhães

I. CULTURA E SOCIEDADE.

A. Concepção sociológica de cultura.

B. Formas, níveis e diversidades de culturas.

1. Cultura ou culturas?
2. Estruturas sociais e sistemas de representação.
3. Necessidades e aspirações culturais.
4. Identidade cultural versus transposição da cultura e alargamento do campo cultural - as lutas simbólicas.

C. A criação cultural.

1. A distinção entre consciência real e consciência possível.
2. A correspondência entre a produção de bens culturais e a produção de gestos.

D. A cultura como praxis na realidade social portuguesa - o processo de produção de sentido.

1. Práticas e consumos culturais quotidianos.
2. Funções expressivas e apropriação social de práticas culturais.
3. A dinâmica da mudança: processos sociais de dissolução-conservação sócio-culturais.

II. A PRODUÇÃO SOCIAL DA COMUNICAÇÃO

A. Contexto e significação.

B. Comunicação conflituosa.

1. Características e objectivos do "combate verbal".
2. Regras do discurso conflituoso.

C. Comunicação de massa.

1. Características e linguagem dos media.
2. Mass-media e cultura de massa versus cultura clássica -o funcionamento do saber na sociedade de consumo.
3. Democratização da cultura na sociedade de consumo.
4. O poder dos mass-media.

5. Relação entre comunicação de massa e sistema político e social.

D. A publicidade.

1. Características, objectivos, estratégias.
2. O impacto da publicidade na sociedade.

III. PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO CULTURAL.

A. Tempos livres e lazer - a promoção do lazer como um valor; uma nova concepção da realização pessoal e de criatividade.

B. Elementos e mecanismos da reprodução cultural - a reprodução pelo sistema; "habitus" de classe, linguagem e reprodução cultural.

C. Políticas culturais.

BIBLIOGRAFIA

BALLE, F. et al. - Le Pouvoir des Médias. Mélanges offerts à Jean Cazeneuve, Paris, PUF, 1987

BAUDRILLARD, J. - O sistema dos objectos, São Paulo, Perspectiva, 1989

BOURDIEU, P. - La Distinction, Paris, Minuit, 1979

DUMAZEDIER, Joffre - Lazer e cultura popular, São Paulo, Perspectiva, 1976

GOLDMANN, L. - A criação cultural na sociedade moderna, Lisboa, Presença, 1976

JACOB, F. - O jogo dos possíveis, Lisboa, Gradiva, 1981

LAMPREIA, J.M. - A publicidade moderna, Lisboa, Presença, 1989

MORIN, E. - Pensar a Europa, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1987

WINDISCH, U. - Le K.O. verbal. La communication conflictuelle, Lausanne Age d'Homme, 1987

NOTA: Ao longo das aulas será facultada aos estudantes bibliografia complementar.

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E PLANEAMENTO REGIONAL

Docente: Dr. António Figueiredo

I. QUESTÕES PRELIMINARES

1. A crise do planeamento aos seus diferentes níveis suscitada pela crise dos anos 70.

1.1. A crise do planeamento macroeconómico e suas implicações em toda a orgânica de planeamento.

A crise do planeamento indicativo perspectivada no âmbito da crise mais geral das diferentes formas de intervenção pública; o planeamento macroeconómico e a instabilidade conjuntural; flexibilização dos planos no quadro das programações pluri-anuais; mudanças qualitativas no planeamento macroeconómico.

1.2. A crise do planeamento regional.

Factores explicativos da crise do planeamento regional: críticas funcionalistas; crise das teorias espaciais; crise das funções legitimadoras do planeamento regional; o conflito eficácia versus equidade; a crise da concepção assistencial da política regional no período de crise estrutural do sistema; papel das novas concepções da política regional na reconsideração do papel da política regional em períodos de crise e pós-crise; a perturbação introduzida na orgânica de planeamento nacionais pelo aparecimento de novos actores (as regiões autónomas); o caso particular das Comunidades Autónomas espanholas.

1.3. A crise do planeamento urbano e territorial.

Alcance e limitações do plano enquanto peça desenhada (o plano-documento); o fenómeno do declínio urbano como factor de crise do planeamento urbano e territorial; complexidade disciplinar crescente do planeamento urbano e territorial; planeamento territorial e autonomia relativa dos agentes económicos; novas concepções: o plano como processo de negociação e participação de actores e agentes.

2. Teoria e política do desenvolvimento regional.

2.1. Desenvolvimento, desenvolvimento regional e desenvolvimento local.

Os conceitos de desenvolvimento regional e local como extensão lógica do conceito de desenvolvimento; emergência da questão espacial na problemática do desenvolvimento.

2.2. Objecto e fundamentos da política regional.

Qual a questão de base que determina a intervenção da política regional: as assimetrias de desenvolvimento? O acesso generalizado à satisfação de necessidades básicas? A mobilização e valorização de recursos não aproveitados? A mobilização do potencial de inovação?

2.3. Apresentação sumária do quadro de instrumentos da política regional.

3. Relevância dos quadros institucionais.

Análise das implicações para o exercício das políticas de desenvolvimento regional e local da (in)existência de regiões autónomas; a diferente configuração e génese do plano e do planeamento regional em cada um dos cenários.

II. TEORIAS E POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

1. A concepção do desenvolvimento (crescimento) polarizado - concepção difusionista do desenvolvimento espacial.

1.1. Conceitos fundamentais de suporte.

Espaço e região; região-homogénea, região-polarizada e região-plano; pólo de crescimento.

1.2. Alguns instrumentos de análise teórica no domínio da organização do espaço.

Breve introdução aos modelos de localização; o caso particular dos equipamentos terciários: a teoria dos lugares centrais.

1.3. Mecanismos de difusão do desenvolvimento polarizado.

1.4. Condições e obstáculos à difusão do desenvolvimento polarizado.

1.5. Pólos de crescimento e análises centro-periferia.

1.6. Revisão do conceito de pólos de crescimento do ponto de vista das estratégias de desenvolvimento regional.

1.7. Principais instrumentos de política inspirados pela concepção do desenvolvimento polarizado.

2. Condições concretas potenciadoras da ruptura com a concepção do desenvolvimento polarizado.

2.1. Consequências regionais das mudanças estruturais na divisão internacional do trabalho e nos paradigmas tecnológicos.

2.2. Novas tendências de organização espacial das economias.

O declínio urbano; a revitalização de certas periferias; os casos particulares das economias francesa e italiana.

3. A concepção do desenvolvimento a partir da abse ou do desenvolvimento endógeno.

3.1. O conceito de desenvolvimento endógeno no âmbito das mdoernas concepções do desenvolvimento.

3.2. A relevância do desenvolvimento local no quadro das abordagens do desenvolvimento endógeno: proposta de uma grelha de análise do desenvolvimento local.

3.3. Um exemplo de política de intervenção inspirada pelo paradigma do desenvolvimento endógeno: as Iniciativas Locais de Ciração de Emprego.

3.4. A dinamização do mundo rural.

3.5. Novas dinâmicas de planeamento suscitadas pelo desenvolvimento endógeno.

O planeamento descentralizado; dinâmicas ascendentes e descendentes do planeamento regional; o planeamento contratualizado; a dinamização cultural; a formação para o desenvolvimento.

4. Novas perspectivas de abordagem da problemática do desenvolvimento regional e local.

4.1. Teorias do potencial de inovação regional e local.

Conceito de rede(networking) e suas principais aplicações; redescoberta da função empresarial como factor de desenvolvimento regional e local; determinantes do processo de inovação: revisão do conceito de economias de aglomeração; a relevância dos serviços produtivos como factor de desenvolvimento regional; algumas implicações em termos de ordenamento do território: as "technopólis" e os "scientific parks"; outros instrumentos de política inspirados por esta concepção: as redes de relacionamento institucional e a difusão da informação.

4.2. A abordagem em termos de sistemas produtivos locais.

Conceitos básicos; algumas aplicações: análise da persistência da actividade agrícola em espaços de industrialização.

5. Uma tentativa de sítnese: reflexão final sobre a diversidade dos objectivos e instrumentos da política regional.

III. A DIMENSÃO REGIONAL DAS POLÍTICAS COMUNITÁRIAS

1. Principais evidências empíricas: a questão regional, hoje, na Europa Comunitária.

1.1. Breve introdução à problemática dos eixos de desenvolvimento espacial europeu: triângulo central europeu, eixo mediterrânico, arco atlântico e abertura a leste.

1.2. Os desequilíbrios regionais: indicadores, evolução e natureza.

1.3. Estratégias nacionais e projecto europeu: que papel para a questão regional?

1.4. A problemática transfronteiriça como forma particular de relacionamento inter-regional.

2. A política regional comunitária: sua evolução, principais marcos e instrumentos de intervenção.

2.1. A problemática regional no período anterior a 1975: carácter secundário da política regional.

2.2. A emergência da política regional comunitária: a criação do FEDER e do COMITE DE POLÍTICA REGIONAL após o primeiro alargamento (Dinamarca, Reino Unido e Irlanda)

2.3. A modificação do Regulamento FEDER e a evolução até à recente Reforma dos Fundos Estruturais.

2.4. Implicações regionais de outras políticas comunitárias e coordenação dos diferentes instrumentos.

2.5. Os programas Integrados Mediterrânicos (PIM's).

2.6. As abordagens integradas de desenvolvimento e a problemática do desenvolvimento endógeno.

3. A Reforma dos Fundos Estruturais de 1989 e as novas perspectivas de aplicação da política regional.

3.1. Significado global da Reforma no contexto do projecto de concretização do mercado único europeu: os princípios da convergência económica e da coesão económica e social.

3.2. Os novos regulamentos (FEDER, FSE, FEOGA e coordenação de fundos).

3.3. As novas relações Comunidade-Estados membros no âmbito da política regional; as políticas de parceria; papel das autoridades regionais e locais.

3.4. A importância das políticas e dos programas de fomento da investigação científica e tecnológica.

4. Breve reflexão final sobre as implicações do novo cenário da política regional comunitária para Portugal e para as regiões portuguesas.

BIBLIOGRAFIA:

I.

ARMSTRONG, Harvey e TAYLOR, Jim - "Regional Economics and Policy", Philip Allan, Londres, 1986, pp. 188-225

BARQUERO, António Vásquez - La Política regional en tiempos de crisis. Reflexiones sobre el caso español, Estudios Territoriales, nº15-16, 1984, pp. 21-37

LOPES, A. Simões - Desenvolvimento: desenvolvimento regional, Boletim da Faculdade de Direito, Coimbra, 1978

"- "Desenvolvimento Regional", 1980, pp.9-23 e 303-319

"- Regionalização e desenvolvimento, Estudos de Economia, 1982, vol. II, nº4

MASSEY, Doreen - In what sense a regional problem?, Regional Studies, vol. 13, 1979, pp.233-243

SCASSO, Rafael de Heredia - La Planificación estratégica y la ordenación territorial, Estudios Territoriales, nº6, 1982, pp.19-40

WADLEY, David - "Restructuring the regions", OCDE, Paris, Capítulo III

II.

BOUDEVILLE, J. - "Aménagement du territoire et polarisation", Éditions Génin, Paris, 1972, pp. 15-36 - 205-210

ESTEVES, M^o do Céu - Teoria Clássica dos lugares centrais, "Desenvolvimento", nº1, Lisboa, 1984

DARWENT, D. F. - Growth poles and growth centers in Regional Planning: a review, Environment and Planning, vol.1, nº1, 1969

PENOUIL, M. - L'espace et le développement économique: des apports de J.R. Boudeville aux interrogations contemporaines, in J. Paelinck e A. Salles - "Espace et localisation", Economica, 1983, pp. 73-93

HANSEN, Niles - Regional Consequences of structural changes in the national and international division of labour, "International Regional Science Review", vol. 11, nº2, 1988

GAROFOLI, Gioacchino - L'industrialisation diffuse et petite entreprise: le modèle italien des années 70, in "Irep, secteur informel et industrialisation diffuse dans les nouveaux pays industriels, Grenoble, 1985

AYDALOT, Philippe - Crise économique, crise de l'espace, crise de la pensée spatiale, in "Le développement décentralisé" org. Bernard Planque, LITEC, Paris, 1983

BRUGGER, E. A. - Endogenous development: a concept between utopia and reality, in Michel Bassand e outros, "Self-Reliant development in Europe", Gower, 1986

GODARD, O. e outros - Le développement endogène et la différentiation des espaces de développement: une grille d'analyse pour le développement local, "Nouvelles de l'ecodéveloppement", n°35, 1985

GREFFE, Xavier - "Descentralizar en favor del empleo - las iniciativas locales de desarrollo", Coleção INFORMES, serie Empleo, n°19, Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, España, 1988 (1990), pp.39-66; 209-228

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS - O futuro do Mundo rural, Boletim das Comunidades Europeias, Suplemento 4/88, pp. 49-54

KOVACSHAZY, Christine - Documento introdutório ao Seminário Internacional "Serviços em meio rural", Chaves, Janeiro de 1991

MAILLAT, Denis - Vers une nouvelle étape de la politique régionale, Bulletin CS, 4/88

COOKE, Philip e IMRIE, Rob - Little victories: local economic development in European Regions, "Entrepreneurship and Regional Development", Vol. 1, N°4, 1989, pp. 313-328

KEATING, Michael - Local government and economic development in Western Europe, Entrepreneurship and regional development, vol.1, n°3, 1989, pp. 301-312

BIANCHI, Giuliano - Innovating in the local systems of small medium sized enterprises: the experience of Tuscany, "Entrepreneurship and regional development", vol. 2, n°1, 1990

GANNE, Bernard - Regional dynamics of innovation: a look at the Rhône-Alpes Region, "Entrepreneurship and regional development, vol.1, n°2, 1989

QUÉRÉ, Michel - The Provence-Alpes-Côte d'Azur high technology road: a technopolis network?, "Entrepreneurship and regional development", vol. 1, n°2, 1989

AYDALOT, Phiplippe - Technological trajectories and regional innovation in Europe, in P. Aydalot e D. Keeble, "High Technology and innovative environments: the european experience", Routledge and Kegan, 1988

ESTRUTURA URBANA E CONFLITUALIDADE

Docente: Dr^a Paula Maria Guerra Tavares

I. Estrutura Urbana: aspectos introdutórios

1. Problematização do conceito de estrutura urbana.
 - 1.1. Análise da estrutura urbana através do "processus" de urbanização.
 - 1.2. O conceito de estrutura urbana e algumas referências teóricas: R. Ledrut e H. Lefebvre.
2. Novas problematizações em torno do conceito.

II. Desenvolvimentos conflituais nas sociedades urbanas actuais

1. Práticas de sociabilidade e antissociabilidade e seu enquadramento na temática da sociologia do quotidiano.
2. A segregação social e urbana, e sua importância.
3. Desqualificação e exclusão social no mundo urbano actual;
4. Tecido urbano actual, ordem e conflito.
 - 4.1. Conceções teóricas da conflitualidade.
 - 4.2. Violência e ruptura nas cidades.
 - 4.3. Alguns estudos de caso.

III. Estrutura urbana e marginalidade social

1. Marginalidade e desvio: aspectos introdutórios.
2. As perspectivas sociológicas da marginalidade e desvio;
 - 2.1. Da óptica durkheimiana ao funcionalismo.
 - 2.2. A Escola de Chicago.
 - 2.3. Da perspectiva culturalista ao interaccionismo simbólico;
3. Abordagem analítica da marginalidade e desvio no tecido urbano actual.
 - 3.1. Análise institucional da marginalidade; os contributos de Goffman e Foucault;
 - 3.2. Desvio - Crime e reacção societal.
 - 3.3. O actual problema da droga e suas derivações.
 - 3.4. Etnicidade e racismos.
 - 3.5. Grupos sociais estigmatizados.

IV. Estrutura urbana portuguesa, marginalidade e desvio

1. Cronologia histórica da marginalidade em Portugal.
2. Alguns estudos de caso.
 - 2.1. Estudo de categorias sociais e etárias estigmatizadas.
 - 2.2. Abordagem do crime e suicídio em Portugal nos anos 80 e 90.
 - 2.3. As vivências prisionais.
3. Algumas perspectivas futuras.

BIBLIOGRAFIA

- BASTIDE, R. - Sociologie des Maladies Mentales, Paris, Ed. Flammarion, 1965
- BECKER - The Outsiders, Studies in Sociology of Deviance, Nova Iorque, The Free Press Ed., 1966
- BOURDIN, A., HIRSCHHORN, M. (orgs.) - Figures de la Ville, Paris, Ed. Aubier, 1985
- BRAKE, M. - Youth Culture - The Sociology of Youth Culture and Youth Subcultures in America, Britain and Canada, Londres, Ed. Routledge, 1985
- BRAUN, F. et alii - Chomâge des Jeunes, Délinquance et Environnement Urbain. Comissão das Comunidades Europeias, Bélgica, 1988
- CERTEAU, M. - L'invention du Quotidien, Paris, Union Générale d'éditions, 1980
- CLINARD, M., MEIER, R. - Sociology of Deviant Behavior, Nova Iorque, CBS College Publ., 1985
- COHEN, Albert - Deviance and Control, Nova Jersey, Prentice-Hall Inc., 1966
- COSER, Lewis A. - Les Fonctions du Conflit Social, Paris, Ed. PUF, Paris, 1982
- CUSSON, M. - Croissance et Décroissance du Crime, Paris, Ed. PUF, 1990
- DIAS, J., Andrade - Criminologia - O homem delinquente e a sociedade criminógena, Coimbra, Coimbra Editores, 1984
- DUBET, F. - La Galère: jeunes en Survie, Paris, Ed. Fayard, 1987
- FERNANDES, L. - Os Pós - Modernos ou a Cidade, o Sector Juvenil e as Drogas, Provas de Aptidão Científico-Pedagógica, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, 1990 (policopiado).

- FOUCAULT, M. - Vigiar e Punir, Petrópolis, Ed. Vozes, 1988
- GOFFMAN, E. - A Representação do Eu na Vida Cotidiana, Petrópolis, Ed. Vozes, 1983
- "- Manicômios, Prisões e Conventos, S. Paulo, Ed. Perspectiva, s/data
- "- Estigma - Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada, Rio, Ed. Zahar, 1982
- GONÇALVES, R. Abrunhosa - Adaptação à Prisão, Provas de Aptidão Científico-Pedagógica, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Porto, Universidade do Porto, 1990, (policopiado)
- HARVEY, D. - Urbanismo y Desigualdad Social, Madrid, Siglo Veintiuno Ed., 1985
- HERPIN, N. - A Sociologia Americana - Escolas, Problemáticas e Práticas, Porto, Ed. Afrontamento, 1982
- LABBENS, J. - Sociologie de la Pauvreté, Paris, Ed. Gallimard, 1978
- LEDROUT, H. - Sociologia Urbana, S. Paulo, Ed. Forense, 1971
- LEFEBVRE - Le Droit à la Ville, Paris, Ed. Anthropos, 1968
- LENOIR, R. - Les Exclus, Paris, Ed. du Seuil, 1974
- LÉVY, P. - Conflit Social, Paris, Ed. PUF, 1983
- MARTINS, M.F. - A Tentativa de Suicídio Adolescente, Porto, Ed. Afrontamento, 1982
- MERTON, R. - Sociologia - Teoria e Estrutura, S. Paulo, Ed. Mestre Jou, 1970
- MUNFORD, L. - The City in the History, Londres, Secker and Warburg Publ., 1961
- PAUGAN, S. - La Disqualification Sociale, Paris, Ed. PUF, 1991
- PINÇON - CHARLOT et alii - Ségrégation Urbaine, Paris, Ed. Anthropos, 1987
- RÉMY, J., VOYÉ, L. - Ville, Ordre et Violence, Paris, Ed. PUF., 1981
- SMELSER, N.J. (org) - Handbook of Sociology, Califórnia, Sage Publications, 1988
- VÁRIOS - Crise de L'urbain, Futur de la Ville, Paris, Ed. RAPT, 1986
- "- Vie Quotidienne en Milieu Urbain, Montepier, Colloque de Monplier, 1978
- "- The Sociology of Crime and Delinquency, Nova Iorque, John Wiley Publ., 1970
- VELHO, O. (org.) - O Fenómeno Urbano, Rio, Zahar Ed., 1970

INDICE

Introdução

Programas:

Sociologia Política	1
Soc. da Estratificação e das Classes Sociais	3
Soc. Rural e Urbana	5
Soc. do Desenvolvimento	8

Opções

Soc. da Cultura e da Comunicação	1
Ordenamento do Território e Planeamento Regional	3
Estratificação Urbana e Conflitualidade	9

COLÓQUIOS E CONGRESSOS PROMOVIDOS OU APOIADOS PELA F.L.U.P.

- O Porto na Época Moderna* (Centro de História U.P., Novembro de 1979)
Colóquio Inter-Universitário de Arqueologia do Noroeste (Instituto de Arqueologia, Novembro de 1983)
- I Jornadas de Estudo Norte de Portugal - Aquitânia* (Centro de Estudos Norte de Portugal - Aquitânia, Novembro de 1984)
Victor Hugo e Portugal (7-10 de Maio de 1985)
- II Jornadas Luso - Espanholas de História Medieval* (Novembro de 1985)
Colóquio Comemorativo do VI Centenário do Tratado de Windsor (Instituto de Estudos Ingleses, 15-18 de Outubro de 1986)
- Problemáticas em História Cultural* (Instituto de Cultura Portuguesa, Outubro de 1986)
I Congresso de Literaturas Marginais (23-25 de Abril de 1987)
La Sociologie et les Nouveaux Défis de la Modernisation (Maio de 1987)
Óscar Lopes. Homenagem da Associação de Estudantes da FLUP (Maio de 1987)
- Congresso Internacional «Bartolomeu Dias e a sua Época»* (Universidade do Porto - Comissão Nacional dos Descobrimentos Portugueses, 21-23 de Setembro de 1988)
- Época e "Os Maias"*, I Encontro Internacional de Queirozianos (Novembro de 1988)
1º Colóquio Internacional de Linguística Contrastiva Português-Alemão (Instituto de Estudos Germanísticos, 6-7 de Outubro de 1988)
- Encontro de Literatura Suíça* (Maio de 1989)
A Recepção da Revolução Francesa em Portugal e no Brasil (Novembro de 1989)
Colóquio Comemorativo do 150º do Nascimento de Thomas Hardy (6-7 de Dezembro de 1990)
- Colloque International Edouard Glissant* (24-27 de Outubro de 1990)
Colóquio Evocativo do 50º Centenário da Morte de F. Scott Fitzgerald (Instituto de Estudos Norte-Americanos, 6-7 de Dezembro de 1990)
- Jornadas Literárias Suíças* (15-17 de Abril de 1991)
Colóquio com Michel Mohrt (Acad. Francesa) e com os romancistas Maurice Polard e Catherine Axelrad (19-21 de Junho de 1991)
- Colóquio da Comissão Internacional de Diplomática* (9-12 de Setembro de 1991)
Antero de Quental e o Destino de uma Geração, Colóquio Internacional no Centenário da sua Morte (20-22 de Novembro de 1991)
- Colóquio «Educação, Cultura e Cultura Escolar»* (17 de Janeiro de 1992)
Congresso «Municipalismo e Desenvolvimento no Noroeste Peninsular» - 140º Aniversário da Fundação do Concelho do Marco de Canaveses (26-28 de Março de 1992)
- Noites de Sociologia «Mudam-se os Campos, Mudam-se as Cidades»; «Cultura, Trabalho e Formação das Identidades Juvenis»; «O admirável Mundo Novo da Empresa?»; «Novos Movimentos Sociais: o Adeus às Lutas?»* (29 de Abril, 7, 14, 20 de Maio de 1992)
- Encontro do «Núcleo de Estudos Medievais - Linguística e Literatura»* (4 de Maio de 1992)
Ciclo de Colóquios «Do Corpo Interdito ao Corpo Pedagógico»; «Determinismo(s) e Liberdade em Educação» (Instituto de Ciências da Educação, 21-28 de Maio de 1992)
- Corte e Espiritualidade em Portugal (Séculos XVI-XVIII)* (Instituto de Cultura Portuguesa, 28-30 de Maio de 1992)
- XX Internationals Mediävistisches Colloquium* (13-20 de Setembro de 1992)
VI Colóquio Ibérico de Geografia. A Península Ibérica - Um Espaço em Mutação (Instituto de Geografia, 16-20 de Setembro de 1992)
- Linguagem. Colóquio de Homenagem a Vergílio Ferreira, nos cinquenta anos da sua vida literária* (28-30 de Janeiro de 1993)

ACTAS DE COLÓQUIOS E CONGRESSOS

- O Porto na Época Moderna* (Faculdade de Letras do Porto, Novembro de 1979), "Revista de História", Porto, INIC/Centro de História UP, vol. II, 1979, vol III, 1980
- Colóquio Inter-Universitário de Arqueologia do Noroeste* (Novembro de 1983), "Portugalia", Porto, Faculdade de Letras - Instituto de Arqueologia, nova série, IV-V, 1983-1984
- I Jornadas de Estudo Norte de Portugal - Aquitânia* (Faculdade de Letras do Porto, Novembro de 1984), Porto, Centro de Estudos Norte de Portugal - Aquitânia (CENPA), 1986
- II Jornadas Luso - Espanholas de História Medieval* (Novembro de 1985), 3 vols., Porto, Centro de História UP/INIC, 1987, 1989
- Problemáticas em História Cultural* (Faculdade de Letras do Porto, Outubro de 1986), Porto, Faculdade de Letras - Instituto de Cultura Portuguesa, "Línguas e Literaturas - Anexo I", 1987
- Victor Hugo e Portugal. No Centenário da sua Morte.* (Faculdade de Letras do Porto, Maio de 1987). Actas do Colóquio, Porto, Ed. subsidiada pela Fundação Eng. António de Almeida e pela Fondation Calouste Gulbenkian, 1987
- Colóquio Comemorativo do VI Centenário do Tratado de Windsor* (Faculdade de Letras do Porto, Outubro de 1986), Porto, Faculdade de Letras - Instituto de Estudos Ingleses, 1988
- La Sociologie et les Nouveaux Défis de la Modernisation* (Faculdade de Letras do Porto, Maio de 1987), Porto, Association Internationale des Sociologues de Langue Française - Secção de Sociologia da Faculdade de Letras do Porto, 1988
- Congresso Internacional "Bartolomeu Dias e a sua Época"*, 5 vols., Porto, Universidade do Porto - Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1989
- Duas Línguas em Contraste: Português e Alemão.* Actas do 1º Colóquio Internacional de Linguística Contrastiva Português-Alemão (Faculdade de Letras do Porto, Outubro de 1988), Porto, Faculdade de Letras - Instituto de Estudos Germanísticos, "Línguas e Literaturas - Anexo III", 1989
- Encontro de Literatura Suíça* (Faculdade de Letras do Porto, Maio de 1989), Porto, Faculdade de Letras - Instituto de Estudos Germanísticos, 1989
- Eça e "Os Maias"*, I Encontro Internacional de Queirozianos (Faculdade de Letras do Porto, Novembro de 1988), Porto, Edições ASA, 1990
- A Recepção da Revolução Francesa em Portugal e no Brasil* (Faculdade de Letras do Porto, 2-9 de Novembro de 1989), 2 vols., Porto, Universidade do Porto, 1992